transporte, hospedagem e alimentação. **APROVADA POR UNANIMIDADE. CLÁUSULA NONA - QUEBRA DE CAIXA:** Fica estabelecida a gratificação equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente, para os profissionais que trabalham no caixa. **APROVADA POR UNANIMIDADE. CLÁUSULA DÉCIMA- ANUÊNIO:** Será concedido 1% (um por cento) a título de anuênio, sobre a remuneração dos empregados que completarem um ano de serviço, até o máximo de 10% (dez por cento). **Parágrafo Único:** O benefício do anuênio será devido aos trabalhadores, desde que os mesmos tenham autorizado o pagamento da taxa negocial prevista nesta CCT- Convenção Coletiva de Trabalho, conforme prevê a Lei 13.467/2017, e recolhida ao sindicato laboral. **APROVADA POR UNANIMIDADE. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO:** Fica estabelecida que as empresas/entidades que tiverem empregados com carga horária diárias de 08 (oito) horas terão direito ao vale alimentação, ou refeição de R\$ 12,70 (doze reais e setenta centavos) por dia efetivamente trabalhado fornecida pela empresa/entidade em conformidade com o PAT. As empresas/entidades que já forneçam refeições ou outra forma, estão desobrigadas a fornecer o vale alimentação ou refeição. **Parágrafo Único:** O benefício do vale alimentação ou refeição será devido aos trabalhadores, desde que os mesmos tenham autorizado o pagamento da taxa negocial prevista nesta CCT-Convenção Coletiva de Trabalho, conforme prevê a Lei 13.467/2017, e recolhida ao sindicato laboral. **APROVADA POR UNANIMIDADE. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO AUXÍLIO TRANSPORTE:** Fica convencionado entre as partes que quando for verificada indisponibilidade ou inexistência operacional da bilhetagem eletrônica nas empresas de transporte coletivo, os empregadores poderão efetuar o pagamento do valor correspondente aos vales-transportes em espécie, diretamente aos seus empregados, ou mediante depósito em conta dos mesmos junto à instituição financeira. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os valores a serem recebidos pelos empregados não terão natureza salarial e se destinarão ao pronto cumprimento do estabelecido na legislação trabalhista e nos julgados dos Tribunais Superiores. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** Serão aplicadas as demais normas estabelecidas na Lei nº 7.418 de 16 de dezembro de 1985 e decretos regulamentadores que instituíram a obrigação do fornecimento de vale- transporte pelas empresas, exceto quanto à forma de pagamento. **APROVADA POR UNANIMIDADE. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO CRECHE/ ESCOLA:** As empresas/entidades reembolsarão, mensalmente, em R\$ 143,30 (cento e quarenta e três reais e trinta centavos) para cada filho em creche, até que completem 6 anos de idade, mediante apresentação de comprovante de pagamento e desde que solicitado. **APROVADA POR UNANIMIDADE. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS VIGIAS:** O empregador prestará assistência jurídica aos vigias, sempre que, no exercício de sua função e em defesa do patrimônio e do interesse da empresa, incidirem na prática de ato que os leve a responder qualquer ação penal, desde que não tenha agido com imperícia, imprudência ou negligência. **APROVADA POR UNANIMIDADE. CLÁUSULA DÉCIMA CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR:** As Empresas concederão a todos os trabalhadores subordinados a esta Norma Coletiva de Trabalho, as vantagens do Plano Benefício Social Familiar Empresarial, definido e discriminado no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada. **Parágrafo primeiro -** A prestação do plano Benefício Social Familiar Empresarial iniciará a partir de 01/03/2024, e terá como base, para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficiosocial.com.br/manuais-orientação. **Parágrafo segundo -** Considerando as vantagens constantes do quadro discriminado no § 12º desta cláusula, que também se aplicam às empresas, para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e Empresarial e com expresse consentimento das entidades convenentes, as empresas pagarão até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando no mês da homologação desta, a partir de 10/03/2024, o valor total de R\$ 21,00 (vinte e um reais), e a partir de 10/05/2024, o valor total de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site www.beneficiosocial.com.br e será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios sociais as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório. **Parágrafo terceiro -** Em caso de afastamento de trabalhador, motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o pagamento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento deste benefício a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quanto então o empregador retomará o pagamento relativo ao trabalhador afastado. **Parágrafo quarto -** Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais

[Assinatura]

[Assinatura]